

Divergência sobre a garantia da dívida *externa*

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Uma diferença de cerca de US\$ 1,5 bilhão, envolvendo as garantias colaterais da renegociação da dívida externa, separa o Brasil dos bancos credores internacionais. Há restrições nas fontes de financiamento externo com as quais pode contar o País para sustentar aquelas garantias ("enhancements"). A alternativa do governo é reverter as condições de financiamento (juros e prazos de pagamento) em três dos instrumentos que vão transformar a dívida velha de US\$ 48 bilhões em bônus de longo prazo.

"A alternativa é fazer com que os instrumentos que não exigem garantia tenham condições financeiras mais atraentes", indicou o negociador da dívida externa, Pedro Malan, que espera retomar a conversa com o comitê de bancos, em nova York, dentro de quinze dias.

Ele se refere ao "new money bond" (bônus de dinheiro novo), ao "capitalization bond" (bônus de capitalização) e ao sexto instrumento proposto pelos próprios bancos credores, como aditamento aos contratos antigos. Nenhum dos três implica a concessão de "enhancement".

A questão das garantias tem sido o ponto central das discussões com os credores privados desde que as negociações começaram, em agosto do ano passado, e envolvem três tipos de bônus: o "par bond" (bônus ao par), o "discount bond" (bônus de desconto) e o "front loaded interest reduction bond" (bônus de redução frontal dos juros).

Malan tem sido pressionado por alguns bancos a fechar um acordo com implementação gradual, que ficaria vinculada à disponibilidade futura de recursos para o "enhancement". O País teria de chegar a entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em torno de um "extended fund facility" (EFF), que requer mudanças estruturais na economia. "Isso é um erro", na avaliação de Malan.